

**A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DO
PNAIC – PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**

Elianeth Dias K Hernandez, Ana Paula Pereira De Oliveira

Eixo 4 - Políticas de formação de professores
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

Este trabalho tem a finalidade de registrar a primeira etapa de um projeto de pesquisa que pretende, em seu formato integral, avaliar os referenciais teóricos, a metodologia de formação, a organização do material didático e os efeitos da implementação do programa de formação de professores alfabetizadores ligados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em escolas do Estado de São Paulo, analisando suas contribuições e possíveis contradições. Numa abordagem qualitativa, procedemos inicialmente a análise dos documentos e discursos oficiais e da bibliografia que é utilizada para subsidiar essa implementação. Nossas conclusões, ainda que parciais, indicam que o PNAIC apresenta algumas contradições, entre elas ter como principal referência na sua bibliografia de apoio, pesquisadores de regiões que historicamente têm tido dificuldades de garantir a alfabetização na idade certa – 8 anos como preconiza o Pacto - e de inexistir, nessa mesma bibliografia, autores pesquisadores das regiões que têm maior sucesso no ciclo de alfabetização. Palavras Chave: Política Educacional, Formação de Alfabetizadores, PNAIC

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE ALFABETIZADORES E A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAIC – PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Elianeth Dias K Hernandes; Ana Paula Pereira de Oliveira. UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - FFC/Marília

Introdução

Este trabalho tem a finalidade de registrar a primeira etapa de um projeto de pesquisa que pretende, em seu formato integral, avaliar os referenciais teóricos, a metodologia de formação, a organização do material didático e os efeitos da implementação do programa de formação de professores alfabetizadores ligados ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em escolas do Estado de São Paulo, analisando suas contribuições e possíveis contradições.

Para melhor delimitar as intenções e os limites desse texto é preciso esclarecer que estamos em fase inicial de pesquisa de um trabalho investigativo que deve durar cerca de dois anos, pois pretende o acompanhamento presencial das ações de implementação do PNAIC, no estado de São Paulo, e os efeitos desse Programa de Formação na prática dos sujeitos envolvidos. Nesse momento, estamos em fase de contextualizar essa política de formação e de analisar os documentos oficiais que orientam essa implementação, com foco especial nos dados apresentados e nas intenções declaradas, buscando aproximações e contradições entre os discursos e as ações.

Achamos importante esclarecer que esse projeto de pesquisa relaciona-se à trajetória acadêmico-profissional das duas autoras deste texto, ainda que de forma muito diferenciada, mas completar e coerente. A primeira autora possui uma trajetória como gestora educacional, atuando principalmente na formação de professores, com participação em diversos programas destinados a esse fim, tais como: o *Projeto Ipê, Alfabetização: Teoria e Prática*, *Por trás das Letras*, *Isto se aprende com o Ciclo Básico, Letra e Vida* e *Ler e Escrever*.¹ Atualmente esta pesquisadora atua como docente do curso de Pedagogia e exerce as funções de supervisora do PNAIC, em um dos Polos jurisdicionados à Universidade Estadual Paulista – UNESP. A outra autora desse texto é graduanda do curso de Pedagogia, no estágio inicial de sua carreira como pesquisadora científica, com interesse manifesto e evidenciado por ações consistentes, por analisar essa política de formação de professores alfabetizadores implementada no estado de São Paulo, a partir de 2013. A aproximação/identificação das autoras com esse tema de pesquisa é que nos permitiu traçar objetivos e estabelecer categorias de análise com o

intuito de avançarmos nos conhecimentos sobre os fatores determinantes e consequentes da implementação do Pacto em São Paulo.

Optar por avaliar a implementação de uma ação de política educacional pressupõe, no nosso entender, assumir riscos e entender que a implementação modifica as políticas (Arretche, 2001, p. 45) e muitas vezes distanciam os objetivos e o desenho do programa, tal como foi idealizado, quando atingem diversos beneficiários. Sobre isso Draibe (2001) faz a seguinte afirmação:

As políticas ou programas têm vida. Nascem, crescem, transformaram-se, reformam-se. Eventualmente estagnam-se, às vezes morrem. Percorrem, então, um ciclo vital. Um processo de desenvolvimento, de maturação e, alguns deles de envelhecimento ou decrepitude. É este ciclo (ou alguns de seus momentos) que constitui o objeto das avaliações de processo. As políticas e os programas também têm, em contrapartida, carne e osso, melhor, têm corpo e alma. São decididas e elaboradas por pessoas, são dirigidas por pessoas ou ao seu habitat, são gerenciadas e implementadas por pessoas e, quando isso ocorre são avaliadas também por pessoas. Ora, as pessoas ou o grupo de pessoas que animam as políticas, fazem-no segundo seus valores, seus interesses, suas opções, suas perspectivas, que não são consensuais, nem muito menos unânimes, como sabemos. Ao contrário, o campo onde florescem as políticas e programas, pode ser pensado como um campo de força, de embates, de conflitos, que se sucedem e se 'resolvem' ao longo do tempo (DRAIBE, 2001, p. 26).

A relevância de estudarmos os efeitos da implementação de um programa federal de formação continuada de professores alfabetizadores fica evidenciada quando analisamos o Banco de Teses da CAPES e identificamos, pelos resumos disponibilizados, que nos últimos cinco anos, dos mais de 400 trabalhos que abordam o tema 'formação de alfabetizadores', apenas 66 deles têm como foco pesquisas sobre formação continuada de alfabetizadores. Outro fator que nos motivou foi a amplitude do PNAIC, envolvendo todos os estados brasileiros e a possibilidade de acompanhar a totalidade do seu processo de implementação, uma vez que, o programa está em fase inicial e acontecendo de forma concomitante com esse estudo investigativo.

Quanto aos procedimentos de pesquisa entendemos que a avaliação do contexto de implementação do PNAIC deve ser feita do ponto de vista da análise dos documentos e dos discursos que estão subsidiando essa implementação e não propriamente nos sujeitos/beneficiários do programa. Essa opção, por ora, parece ser a mais adequada tendo em vista o pouco tempo de funcionamento do Programa além das dificuldades de controle de variáveis nesse tipo de pesquisa, pela amplitude do objeto de estudo.

É preciso esclarecer que em nossa concepção, só poderemos entender os reais efeitos da implementação do PNAIC, se o analisarmos a partir de sua inserção no contexto maior da educação nacional e na perspectiva das políticas públicas que engendram a sua organização. Por isso, a análise dos dados será realizada levando em

consideração esse contexto mais amplo e a complexidade do objeto de pesquisa, por entendermos que durante a realização de uma pesquisa algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho.

Os questionamentos que foram previamente elaborados para essa etapa do trabalho investigativo, - que são: 1) o que dizem os documentos oficiais?; 2) o que fica evidenciado nos discursos dos propositores desse programa? e; 3) o que dizem os números, - podem ser ampliados no decorrer da pesquisa.

Como procedimentos de coleta de dados, tivemos que considerar que o PNAIC atinge todos os estados brasileiros, com a adesão anunciada pelo MEC de 90% dos municípios. Dessa forma, optamos por colocar o foco do trabalho no Estado de São Paulo, em especial no programa de formação desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Para melhor explicar essa opção esclarecemos que em São Paulo, tanto as redes municipais, como a estadual, estão sendo formadas por três universidades públicas – UNICAMP, UFSCar e UNESP, sendo que essa última atende a grande maioria dos participantes. Isso fica constatado quando vemos os números: a UNESP trabalha diretamente com a formação de 464 Coordenadores locais, o que representa 72% do total de 645 municípios do Estado de São Paulo. Daí a nossa opção.

De forma complementar, numa segunda etapa de investigação, selecionaremos um dos polos regionais e/ou municípios para captação de informações *in loco* a respeito dos efeitos do PNAIC na prática dos alfabetizadores participantes desse programa de formação.

Sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Ao descrever os objetivos e encaminhamentos relativos à implementação do PNAIC o site oficial do Ministério da Educação – MEC registra o seguinte:

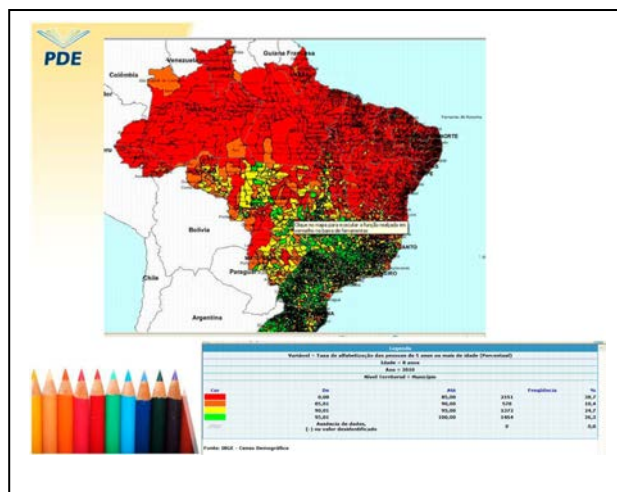
O Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa é um programa do Governo Federal, Distrito Federal, Prefeituras e Municípios, com mais de 90% de adesão. O pacto é um compromisso de articulação inédita firmado com todos os estados brasileiros. O escopo do programa conta com quatro áreas de atuação: formação de professores, fornecimento de material didático, avaliação e gestão. (site oficial do MEC – acesso em 16/12/2014)

Lançado pela presidência da república do Brasil em novembro de 2012, o PNAIC havia sido aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 26 de fevereiro de 2012. O programa teve suas regras estabelecidas pela Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2012, seção 1, páginas 22 e

23. A Câmara dos Deputados aprova, em seguida, uma emenda que fixa o dia 31 de dezembro de 2022 como data-limite para o cumprimento da meta de alfabetizar as crianças da rede pública de ensino até os 8 anos de idade, que corresponde ao terceiro ano do ensino fundamental.

Para justificar a opção por essa política educacional denominada Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa o representante do governo federal – César Callegari – Secretário Nacional de Educação Básica do MEC informa, na primeira videoconferência de lançamento do PNAICⁱⁱ que o governo fez um estudo sobre o número de crianças acima de oito anos que não estavam plenamente alfabetizadas. O resultado do estudo citado pelo Secretário Nacional foi registrado e utilizado para divulgação entre as redes municipais e a estadual em São Paulo, no formato de um mapa do Brasil, onde as cores significavam o nível de alfabetização de alunos no final do 3º ano de Ensino Fundamental. Nesse mapa, as regiões do Brasil apareciam com as cores vermelho, laranja, amarelo e verde. O vermelho indicava que, naquela região, de 0% a 85% das crianças não estavam alfabetizados com 8 anos; a cor laranja indicava que 85% a 90% das crianças não estavam alfabetizados com 8 anos; o amarelo indicava que 90% a 95% das crianças não estavam alfabetizados com 8 anos; e o verde indicava que 95% a 100% das crianças não estavam alfabetizados com 8 anos. O impacto da visualização desse mapa ficava evidenciado pela reação dos participantes das formações do PNAIC, frente ao predomínio da cor vermelha, como registramos a seguir:

Figura 01 – Mapa do Brasil – Alfabetização na idade certa



Fonte: <http://pacto.mec.gov.br/> - Disponível no material de divulgação do PACTO

Ao consultarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos últimos anos a região Nordeste brasileira apresenta um índice de 25,4% de crianças não alfabetizadas na idade certa. No Norte do país esse índice fica ainda mais grave porque atinge 27,3 % de não alfabetizados até os 8 anos. Já nas regiões Centro-

Oeste, Sudeste e Sul esses indicadores negativos são reduzidos para 9,0%, 7,8% e 6,6% respectivamente.

Esses dados têm sido utilizados pelos propositores desse pacto para justificar a amplitude e os investimentos que estão sendo direcionados para o PNAIC. O sitio do Programa Todos pela Educação ao acompanhar as ações do MEC cita a destinação orçamentária para o programa, usando os seguintes argumentos fornecidos pelos propositores dessa política educacional:

O Brasil tem, hoje, quase 8 milhões de crianças matriculadas nos três primeiros anos do Ensino Fundamental em escolas públicas. Com orçamento total de R\$ 3,3 bilhões, o pacto comporta quatro dimensões: formação dos professores alfabetizadores; fornecimento de materiais didáticos; avaliação da alfabetização e também gestão e mobilização.[...] 283.469 professores alfabetizadores se cadastraram até agora no programa de formação continuada em alfabetização, previsto no pacto – o orçamento prevê uma meta de 360 mil educadores. Além disso, já somam 16.842 mil os orientadores de estudo que atuarão como formadores locais. Eles se formaram em um curso de 200 horas oferecido pelas 38 universidades públicas que participam do pacto. (<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/27323/pnaic>, junho de 2013.)

A página eletrônica do PNAIC traz também a seguinte informação sobre os números da alfabetização no Brasil:

Figura 02 – Números da Alfabetização no Brasil

NÚMEROS DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	
Nº escolas com matrículas no 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	108.733
Nº de turmas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	400.069
Nº de matrículas do 1º, 2º, 3º ano e multisseriadas/ multietapa	7.980.786

Fonte: INEP

Ministério da Educação GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Fonte: <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>

Como consta do registro acima, o MEC tem informado que para a implementação do PNAIC trabalha com um total de 38 universidades públicas (federais e estaduais). Ao fazermos um recorte para os dados relativos apenas ao que cabe à UNESP, fica mais evidenciada a amplitude e a complexidade desse pacto e do programa de formação de professores alfabetizadores proposto por ele. O trabalho de formação e acompanhamento do PNAIC realizado pela UNESP está organizado em 9 polos no interior do estado de São Paulo: Araraquara, Assis, Bauru, Itapeva, Marília, Praia Grande, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, São José dos Campos. Trabalha com uma Coordenação Geral, ligada à Pró – Reitoria de Extensão, 2 Coordenadoras Adjuntas; 16 Supervisores que pertencem ao corpo docente da UNESP; 43 professores formadores, selecionados pela universidade por seus conhecimentos na área educacional e por sua titulação; 464 coordenadores locais, indicados pelos municípios a que pertencem; 1123

orientadores de estudo, TAM bem indicados pelos municípios; fazendo a formação continuada de 20.109 professores que atuam no ciclo de alfabetização (1º, 2º, e 3º anos do Ensino Fundamental).

Além do programa de formação continuada, o inciso II do artigo 6º da Portaria MEC nº 867ⁱⁱⁱ, de 4 de julho de 2012, que institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa, prevê a distribuição de materiais didáticos, de literatura e tecnologias educacionais.

Da análise do material recebido pelos formadores e orientadores de estudos pudemos identificar que o mesmo é composto de: três cadernos introdutórios com os seguintes temas: Apresentação do PNAIC; Caderno de formação de professores e; Caderno de Educação Especial. Foram distribuídos ainda mais oito cadernos para cada um dos anos abrangidos pelo programa de formação (1º, 2º e 3º do Ensino Fundamental) e um para as escolas do Campo. Esses cadernos têm como conteúdo principal os textos teóricos sobre os temas de formação, relatos de professores e sugestão de atividades que foram realizadas e pretendem ser modelizadoras para os professores alfabetizadores que estão participando do PNAIC.

Em uma próxima etapa deste trabalho investigativo pretendemos olhar para esse material distribuído pelo MEC, com vistas a identificar, com maior fundamentação, os pressupostos teóricos que estão estruturando as concepções de 'alfabetização', 'letramento', 'ensino', 'aprendizagem', 'sistema de escrita alfabético', 'consciência fonológica', 'direito de aprendizagem', entre outros, que são utilizados de forma recorrente nesse material.

Além desses Cadernos, considerados de apoio para os professores matriculados no curso de formação, para a implementação do PNAIC o MEC conta também com a oferta de Livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com jogos pedagógicos para apoio à alfabetização, com obras de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).

Apesar da ênfase dada pelos propositores/implantadores do PNAIC sobre a importância desse material para que o pacto atinja aos fins a que se propõe, é interessante verificar que no sistema de gerenciamento eletrônico do programa – SIMEC – fica evidente a dificuldade de recebimento, pelos estados e municípios, do material prometido.

Em acesso realizado nesse sitio oficial do MEC, em 29/01/2014, foi possível constatar no relatório feito a partir de respostas dadas pelos usuários desse sistema, que 317 respondentes afirmam que seu estado/município recebeu todo o material de formação do pacto, mas 449 afirmaram que receberam parcialmente e 20 não receberam declararam que não receberam nenhum material.

É importante lembrar que a etapa de formação relativa ao ensino da língua escrita estava prevista para ser realizada totalmente, em 2013. Dessa forma, entendemos que em muitos lugares esse trabalho ficou comprometido pela falta do material que deveria ter sido enviado com antecedência. Ou resta esclarecer se os materiais que subsidiariam os estudos e as práticas decorrentes do que eles propõem não são assim tão importantes. Nesse caso, se a resposta for afirmativa, porque então um investimento tão grande naquilo que é dispensável para as finalidades do programa de formação?

Para dar início ao estudo desse material veiculado pelo PNAIC optamos por realizar uma primeira análise da bibliografia de referência assumida pelo pacto e disponibilizada para os participantes da formação, buscando identificar a organização e a priorização dos temas, bem como, a origem dos autores na tentativa de elucidar onde estão alicerçadas as concepções teóricas e os encaminhamentos do PNAIC. Nessa aproximação inicial com a bibliografia de referência pudemos verificar que ela está organizada por temas e que existe priorização de alguns temas sobre outros, com a seguinte organização:

Tabela 1 – Distribuição dos textos utilizados pelo PNAIC por eixo temático

Eixo Temático	Nº de textos
Alfabetização e Letramento	6
O Ensino da Língua Portuguesa	5
O Lúdico e a Literatura na Alfabetização	3
Planejamento	3
Biblioteca	3
Recursos Didáticos	2
Organização da Rotina	2
Currículo	1
Interdisciplinaridade	1
TOTAL	26

Entendemos que a organização dos eixos temáticos pretende evidenciar que a concepção de alfabetização assumida pelo PNAIC é que percebe o processo de aquisição da base alfabética da escrita e o letramento como dois processos, ainda que concomitantes.

A partir da década de 1990, [...] — vieram-se juntar: a proposta de letramento, visando a complementar os níveis rudimentares de aquisição da escrita necessários para se considerar o aluno alfabetizado; propostas salvacionistas de reconvocação do método fônico e as novas demandas e implicações didático-pedagógicas relacionadas com o cumprimento das metas globais para a alfabetização escolar (MORTATTI, 2004, 2007, 2009). Do ponto de vista dessa eclética "nova tradição", a pergunta paradoxalmente central,

no que se refere à atividade didático-pedagógica em sala de aula, é: como o professor deve proceder para garantir que seus alunos "aprendam a aprender", visando à obtenção de melhores resultados nas avaliações internas e externas à escola, contribuindo para que o país alcance as metas globais para a educação e a alfabetização, em particular a meta de todas as crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade? Mas, nessa "nova tradição", não cabe perguntar: o que, por que, para que ensinar a ler e a escrever, ou quem é o responsável por esse ensino e qual a especificidade de seu ofício? (MORTATTI, 2013. p. 11).

Esse caminho inclui a formulação de outros problemas, muitos deles de difícil compreensão, se baseados tanto nos referenciais que vêm sendo consensualmente utilizados, quanto naqueles convocados como mera inovação pela inovação, no contexto acadêmico da "pesquisa de resultados (estatísticos)", desconsiderando o conhecimento acumulado sobre o tema e as especificidades do "conceito brasileiro de alfabetização" (MORTATTI, 2011a, p. 9) e do não menos brasileiro conceito de "letramento", cujas especificidades políticas, sociais e educacionais constituídas historicamente vêm sendo homogeneizadas, conforme parâmetros internacionais, e silenciadas em um único termo/conceito — "literacy" — do idioma oficial das políticas globais. (MORTATTI, 2013. p. 13).

Neste texto a autora alerta sobre a vinculação entre o cumprimento de metas (como todos estarem alfabetizados aos 8 anos) e a de busca de resultados nas avaliações externas (Prova Brasil e SARESP)^{iv} com uma concepção de letramento que foi assumida a partir da década de 1990, no Brasil. A priorização estabelecida na bibliografia de referência do PNAIC, ao destinar para os participantes do programa um maior número de textos que pressupõe a dupla existência de processos na formação do leitor/produtor de textos, ou seja, a alfabetização e o letramento, nos permite concluir que existe uma preocupação real com metas e resultados nas avaliações externas, mas esses resultados serão indicativos de que mais brasileiros estão incluídos na cultura escrita, com plena competência leitora e produtora de textos de diferentes gêneros?

Ao buscarmos conhecer os autores que elaboraram os textos que estão sendo usados como referência pelos formuladores do PNAIC, nos defrontamos com algumas questões interessantes. Dos 34 autores relacionados, 10 não aparecem, como constam, nos locais formalmente utilizados para registro de currículos, dessa forma, não foi possível identificar o seu vínculo acadêmico; 9 pertencem à Universidade Federal de Pernambuco; 7 estão vinculados profissionalmente à Universidade Federal de Minas Gerais; 3 atuam em Universidades Federais do estado do Rio de Janeiro; 2 são docentes da Universidade de Brasília; por fim, existe 1 representante de Universidades Públicas dos Estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo.

Os dados acima registrados nos chamaram a atenção porque os autores que foram privilegiados para embasar teoricamente o PNAIC, em sua maioria, atuam em

cursos de graduação, na formação de professores em Estado Brasileiros que apresentam maiores índices de alunos não alfabetizados na idade certa. O que queremos destacar, por exemplo, é que os Estados da região Sul que têm os melhores índices de acordo com o MEC (vide figura 1 - Mapa do Brasil – Alfabetização na Idade certa), não têm representantes entre os autores que conseguimos identificar.

Além de buscarmos refletir sobre a priorização temática do referencial bibliográfico do PNAIC e dos autores que embasam sua programação, pretendemos, na continuidade dessa pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre os referenciais teóricos que sustentaram a elaboração do material de formação. Isto porque, entendemos que existem algumas contradições e alguns posicionamentos que precisam ser mais bem investigados para que o trabalho que estamos realizando possa contribuir, de fato, para a discussão de problemas e perspectivas para o ensino da leitura e da escrita no Brasil. Por estarmos na fase inicial da pesquisa, essa contribuição torna-se inviável nos limites deste texto, mesmo porque acreditamos no que está afirmado a seguir:

[...] a cadeia entre a formulação e a implementação das políticas é um fenômeno multiplexo, ou seja, ocorre em distintos níveis, e cada um desses níveis administrativos e burocráticos constitui em si um *lócus* de formulação-implementação mediante o qual a política é traduzida e adequada de acordo com seus próprios recursos, linguagens, interações e referenciais da comunidade de profissionais alocados em cada um desses níveis (LOTTA e PÁVEZ, 2010, p.114).

A convicção da existência de um caráter multiplexo na implementação do PNAIC (por sua identidade política) e a certeza de que cada instância/polo se constitui em novo *lócus* de formulação-implementação dessa proposta é que nos faz compreender que esse trabalho investigativo-reflexivo demandará um esforço importante por julgarmos muito atual a afirmação de Saviani (1985, p.23) de que 'toda reflexão deve ser radical, rigorosa e de conjunto'.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. de (orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais*. São Paulo: IEE; São Paulo: PUC/SP, 2001.

DRAIBE, Sônia M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. de

(orgs). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais*. São Paulo: IEE; São Paulo: PUC/SP, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013. [Links]

LOTTA, Gabriela. PAVEZ, Thais R. Agentes de Implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Um balanço crítico da "Década da Alfabetização" no Brasil*. Cad. CEDES vol.33 no.89 Campinas Jan./Apr. 2013

SAVIANI, Demerval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 6 ed. São Paulo: Cortez/AUTORES ASSOCIADOS, 1985

ⁱ Programas de Formação de Alfabetizadores implementados pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP.

ⁱⁱ Disponível em <http://centraldemidia.mec.gov.br/play.php?vid=1219> . Acesso em 15/12/2013

ⁱⁱⁱ Disponível em http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/19_2132145146182012_PORT%20867-2012%20Institui%20o%20PNAIC%20-%20Pacto%20Nacional%20pela%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20na%20Idade%20Certa.pdf. Acesso em 13/12/2013.

^{iv} SARESP – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de São Paulo